

**RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE
RISCOS E CAPITAL**

PILAR 3

SCANIA BANCO S.A.

1º Semestre de 2025

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Perfil e Appetite de Risco's.....	4
3. Principais Riscos Relacionados ao Modelo de Negócios.....	5
Risco de Crédito	5
Risco Operacional	5
Risco Socioambiental e Climático	5
Riscos de Mercado	5
Riscos de Liquidez	6
Gerenciamento de Capital.....	6
4. Sobre a governança do gerenciamento de riscos.....	6
Conselho de Administração	7
Comitê de Gerenciamento de Riscos	7
Diretor de Gerenciamento de Riscos (“CRO”)	8
Função de Risco	8
Função de Compliance	9
Auditoria Interna.....	9
5. Canais de disseminação da cultura de riscos.....	9
6. Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos.....	9
Risco de Crédito	9
Risco Operacional e Socioambiental.....	10
Risco Socioambiental e Climático	10
Riscos de Mercado	10
Riscos de Liquidez	11
Gerenciamento de Capital.....	11
7. Processo de Reporte de Riscos	11
8. Programa de testes de estresse.....	12
Riscos de Crédito.....	12
Riscos de Liquidez e Mercado.....	12
Gerenciamento de Capital.....	13
9. Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade.....	13
10. Gestão de capital e adequação do Patrimônio de Referência (PR)	14
Anexo 1 – Planilhas Demonstrativas de Cálculos Conforme Resolução BCB nº 54	15
Tabela – OVA1 Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA	15



Tabela KM1 - Indicadores prudenciais e gerenciamento de risco	16
Tabela CR1 - Qualidade crítica das exposições	17
Tabela CR2 - Risco de crédito	18
Tabela MR1 - Risco de mercado	18

1. Introdução

O Scania Banco S.A. (“Instituição”) foi constituído em 12 de agosto de 2009, e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil (“BCB” ou “BACEN”) em 4 de dezembro de 2009.

A instituição faz parte do grupo Traton Financial Services AB, que é a unidade de negócios responsável por fornecer soluções financeiras aos clientes de produtos da marca Scania em todo o mundo. A Scania é uma das marcas da TRATON SE, uma subsidiária pertencente ao Grupo Volkswagen (“Volkswagen AG”).

Este relatório apresenta as informações da Instituição, e das demais entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, requeridas pelo Banco Central do Brasil por meio Resolução BCB 54 de 16 de dezembro de 2020 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação do relatório de pilar 3.

Na Instituição, o gerenciamento de riscos e capital é pautado por meio de políticas, processos e relatórios condizentes com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, tendo como suporte as melhores práticas de Governança Corporativa. A estrutura implementada é proporcional à dimensão de exposição de risco do banco, que permite mensurar e controlar os riscos inerentes à operação.

2. Perfil e Appetite de Risco's

A Instituição objetiva fornecer produtos e serviços financeiros aos clientes da Scania no Brasil. Nosso perfil de clientes, em sua maioria, é do setor de transportes, principalmente rodoviários.

A captação dos negócios da Instituição é guiada pelo plano de produção e vendas da Scania no Brasil. Desta forma, o seu crescimento é altamente dependente do sucesso da Scania e de seu planejamento de vendas.

A Instituição entende a gestão de risco e capital como fundamental para estabelecer o conjunto de atuações necessárias, a todos os níveis da organização, para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos, para assegurar a saúde econômica e financeira da instituição e atendimento dos requerimentos legais.

No estabelecimento de seu plano de atuação e apetite a riscos a Instituição se dispõe a admitir riscos na realização dos seus negócios, a fim de cumprir os objetivos estratégicos, requisitos regulatórios e atingir os resultados esperados pelos acionistas, tanto em condições normais quanto em cenários adversos, desde que controláveis e monitoráveis. Em sua Declaração de Appetite a Riscos é enfatizada a existência de um processo eficaz de responsabilidades na gestão operacional de riscos e na execução das funções de controle, assim como para as ações mitigatórias, disciplinares, processos de escalonamento e notificação ao Conselho de Administração quando da violação dos limites de risco ou processos de controles estabelecidos.

A aprovação da Declaração de Appetite a Riscos é efetuada pelo Comitê de Riscos, onde periodicamente é efetuado o monitoramento dos indicadores de riscos e apresentados os planos de ação para eventuais desenquadramentos.

3. Principais Riscos Relacionados ao Modelo de Negócios

Risco de Crédito

A estrutura do gerenciamento do Risco de Crédito na Instituição complementa os procedimentos descritos na política de crédito e cobrança, que estabelece as etapas a serem seguidas para a aprovação dos limites de crédito aplicáveis a cada cliente, sendo que a política de risco de crédito procura tratar do gerenciamento do risco advindo da carteira de operações da instituição, tentando antecipar possíveis tendências e comportamentos da carteira funcionando como um radar à Diretoria Executiva sobre riscos de crédito de forma individual e agregada.

A Instituição busca operar com clientes (Pessoa Física ou Jurídica) de boa reputação, boas perspectivas financeiras, e sempre que possível com o crédito amparado por garantias, tendo por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito dando prioridade a busca por negócios mais seguros, visando a manutenção de uma carteira qualidade, com bom índice de rentabilidade e visando um baixo índice de perdas.

Risco Operacional

É monitorado de forma a permitir a identificação, avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades de SFS, resultando em perdas inesperadas. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual e para efeito de capital regulamentar, o Banco utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A Instituição consolida as perdas existentes numa base de dados interna, classificada conforme os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite o monitoramento das perdas incorridas, possibilitando a utilização efetiva das informações para gestão. Cabe aos gestores e líderes de cada departamento reportarem a ocorrência de perdas/riscos operacionais – processo este gerenciado pela área de Compliance.

Risco Socioambiental e Climático

A gestão do risco socioambiental, compreende a implementação de política e diretrizes visando a mitigação da exposição ao Risco Socioambiental e Climático, contemplando a elaboração e divulgação de relatórios, monitoramento dos planos para limitar e mitigar eventuais perdas em função da ocorrência de risco socioambiental e a realização de cenários de stress visando avaliar os impactos de possíveis ocorrências relacionadas a esse tipo de risco.

Riscos de Mercado

O Risco de Mercado e IRRBB na Instituição é gerenciado através de métodos e parâmetros ajustados a realidade do mercado bancário nacional e internacional, possibilitando uma tomada de decisão com agilidade, confiança e em concordância com a tolerância de riscos da Instituição.

A Instituição definiu uma estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e IRRBB e estabeleceu políticas internas, limites, controles e procedimentos específicos e compatíveis

com mercado de atuação da Instituição, sendo compatível com a natureza e a complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

As operações da Instituição estão, essencialmente, classificadas como Banking, ou seja, de não negociação, sendo sua carteira de operações ativas composta por operações de crédito e aplicações financeiras de seus recursos de caixa excedentes, a carteira de operações passivas é composta por captações com o BNDES (“Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”) e com instituições financeiras comerciais nacionais e internacionais. A Instituição, atualmente, tem por política não possuir exposição a moedas estrangeiras, sendo assim, não está exposta a oscilações causadas por variação cambial.

Riscos de Liquidez

Com o propósito de manter os níveis de liquidez adequados a sua operação e atividade, a Instituição busca manter um rigoroso controle do Risco de Liquidez mantendo em sua carteira ativos de qualidade e estabelecendo limites mínimos de caixa.

A Gestão do Risco de Liquidez é realizada através de procedimentos e relatórios periódicos, como Previsão de Liquidez Diária e Fechamento, Previsão de Liquidez de 90 dias, Relatório de Risco de Refinanciamento, Teste de Estresse de Liquidez, Plano de Contingência de Liquidez, o que possibilita o acompanhamento dos limites operacionais e análise de cenários futuros pelos gestores, auxiliando no processo de tomada decisões e ações pontuais. Os modelos e as estratégias empregadas para elaboração dos relatórios, projeções e análises possuem critérios consistentes e passíveis de auditoria.

Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva da Instituição elabora o seu plano estratégico de negócios (“Plano Estratégico”), para o plano estratégico considera a evolução das operações em um horizonte de cinco anos e prevê o comportamento das operações e necessidades de capital da Instituição. Após a elaboração e aprovação pela Diretoria Executiva, o plano deve ser avaliado e aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano Estratégico é elaborado com base nas melhores práticas do Grupo e de mercado, o monitoramento da adequação dos limites de capital às operações é efetuado periodicamente através de relatórios e apresentado e discutido no Comitê de Riscos e nas reuniões do Conselho de Administração. Adicionalmente, são efetuados testes de stress visando avaliar os impactos de variações das taxas de juros e do comportamento da carteira nos indicadores de capital da Instituição.

4. Sobre a governança do gerenciamento de riscos

A Governança do gerenciamento de riscos no Conglomerado Prudencial da Instituição incorpora uma série de iniciativas e instancias que agregadas visam a redução de riscos a níveis aceitáveis de exposição, à adequada transparência e divulgação, a manutenção da saúde financeira e a continuidade do negócio.

As áreas participantes do processo de gerenciamento de riscos e capital são obrigatoriamente, mas não exclusivamente:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração (“CA”) é o responsável final pela implementação e monitoramento da eficácia da gestão de riscos e por promover uma cultura sólida de riscos. Isso inclui as seguintes tarefas:

- Pelo menos uma vez por ano ou conforme necessário, avaliar e decidir sobre a estratégia, o apetite e as políticas de risco para garantir que sejam eficazes e estejam alinhadas com a estratégia geral de negócios.
- Avaliar a exposição a diversos tipos de riscos e, ao fazê-lo, questionar os relatórios da Função de Controle de Riscos para garantir que sejam abrangentes e precisos.
- Considerar as recomendações fornecidas pela Função de Controle de Riscos e tomar as ações apropriadas quando necessário.

Principal nível de gestão da Instituição que tem como responsabilidade na GIR aprovar as Diretrizes e Políticas a serem observadas pelos departamentos da Instituição.

O CA é composto por membros formalmente nomeados e aprovados pela TFS e segue as normas e governança definidas globalmente pela TFS. O CA da SFSBr se reúne no mínimo 3 (três) vezes ao ano.

O CA tem a responsabilidade final pela implementação e monitoramento da eficácia da GIR e pela promoção de uma cultura de riscos sólida através das seguintes responsabilidades;

- Pelo menos uma vez por ano ou conforme a necessidade, avaliar e decidir sobre a estratégia, o apetite e as políticas de risco para garantir que sejam eficazes e estejam alinhados com a estratégia geral de negócios. Revisar e aprovar, com periodicidade mínima anual:
 - ✓ as políticas de gerenciamento de riscos da instituição;
 - ✓ os limites de exposição conforme os tipos de riscos;
 - ✓ o orçamento e o plano estratégico destinado a GIR;
 - ✓ a declaração de apetite ao risco (RAS);
 - ✓ o plano de contingência de negócios;
 - ✓ o programa de testes de estresse.
- Periodicamente, avaliar a exposição a vários tipos de riscos e, ao fazê-lo, questionar os relatórios da Função Local de Controle de Riscos (CRO) para garantir que sejam abrangentes e precisos.
- Considerar as recomendações fornecidas pelo CRO e tomar as medidas adequadas quando necessário.
- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos.
- Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.
- Garantir que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados.

Comitê de Gerenciamento de Riscos

Reúne-se, no mínimo, trimestralmente, com a finalidade de:

- Avaliar os níveis de apetite por riscos fixados e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada.
- Garantir a existência de um processo e de ferramentas para um efetivo gerenciamento de riscos.
- Supervisionar a atuação e o desempenho do diretor de riscos.
- Acompanhar os trabalhos das auditorias relativas à gestão de riscos.
- Supervisionar a observância, pela diretoria da Instituição, dos termos da declaração de apetite de riscos.
- Avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas.
- Propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao conselho de administração sobre seguinte os assuntos:
 - ✓ Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos.
 - ✓ Políticas e estratégias de gerenciamento de capital, que estabeleçam procedimentos destinados a manter o Patrimônio de Referência em níveis compatíveis com riscos incorridos e ao apetite de riscos.
 - ✓ Programa de testes de estresse, conforme norma vigente.
 - ✓ Políticas e estratégias para a gestão de continuidade de negócios.
 - ✓ Plano de Contingência de Liquidez.
 - ✓ Plano de Capital e Plano de Contingência de Capital.

Diretor de Gerenciamento de Riscos (“CRO”)

Cabe ao Diretor de Gerenciamento de Riscos:

- Definir o modelo de gestão de riscos, apresentar ao Comitê e implementar as diretrizes e procedimentos adotados no gerenciamento de riscos, visando atender às disposições regulatórias.
- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento.
- Ser o responsável pela adequação, à declaração de apetite ao risco, e aos objetivos estratégicos da Instituição, das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos.
- Assegurar a adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros.
- Manter registros de suas deliberações e decisões do Comitê de Gerenciamento de Riscos.

Função de Risco

- Revisar, ao menos uma vez ao ano, as políticas de gestão de riscos e adequá-las ao cenário atual.
- Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta de maneira relevante.
- Acompanhar os limites de apetite aos riscos e reportar a utilização dos limites vigentes.

Função de Compliance

- Assegurar a existência de políticas e procedimentos associados a gestão de risco.
- Monitorar e manter atualizados os controles identificados na matriz de riscos da instituição.
- Assegurar o cumprimento das regulamentações, legislações e normas internas no que tange a gestão de riscos.

Auditoria Interna

- Avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de riscos da Instituição.
- Garantir a conformidade com as políticas internas e órgãos reguladores.
- Orientar a instituição quanto às melhores práticas de mercado quando da avaliação dos sistemas de controles internos e estrutura de gestão de riscos.

5. Canais de disseminação da cultura de riscos

Visando preservar e elevar o nível de conscientização de cada colaborador quanto a importância e seu papel na gestão de riscos corporativos, a Instituição mantém canais abertos e comunicações constantes relativas ao tema, conforme abaixo:

- Código de conduta;
- Comitê de Gerenciamento de Riscos com as lideranças;
- Workshops e Reuniões Periódicas com todos os colaboradores;
- E-mails orientativos e documentos disponíveis nos canais corporativos;
- Integração de funcionários e reciclagens através de treinamentos presenciais e/ou online.
- Intranet do Grupo Scania;
- Canais de denúncia anônima institucionais do Grupo Scania.

6. Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos.

Risco de Crédito

Através de objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração, a área de Crédito recomenda limites, avalia exposições, tendências e acompanha a eficiência da política de concessão de crédito. As principais informações e ferramentas utilizadas são principalmente, mas não exclusivamente:

- **Definição dos parâmetros da política:** as políticas de crédito para as operações do conglomerado são definidas de forma a evitar potenciais riscos e perdas financeiras. Os critérios para tomada de decisão são fundamentados em acompanhamentos e estudos de indicadores de mercado e das tendências de carteira observadas nos processos de Crédito e Cobrança.
- **Ferramentas de rating:** a Instituição utiliza modelos de score na concessão de crédito visando medir e avaliar a qualidade do crédito de um determinado cliente. Os ratings são atribuídos levando-se em consideração a uma análise econômico-financeira,

informações cadastrais, e dados internos e externos (se disponíveis). O modelo de score é revisado periodicamente, a fim de que as qualificações por ele atribuído sejam progressivamente aperfeiçoados.

- **Adequação do provisionamento de crédito:** garantir que as perdas associadas ao risco de crédito sejam devidamente apuradas e adequadas com as especificações definidas nos requerimentos definidos pelo Banco Central do Brasil.
- **Estimativa de perdas de crédito esperada:** estima-se mensalmente as perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito, através dos modelos de cálculo disponibilizados pela matriz, por meio das observações de inadimplência e no histórico de recuperação de créditos inadimplentes da carteira.

Risco Operacional e Socioambiental

No que tange ao Risco Operacional, conforme definido na Resolução CMN nº 4.557/17 – Art. 32º, o mesmo é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos, ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se: Fraudes Internas; Fraudes Externas; Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; Situações que acarretem a interrupção das atividades do banco; Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; Falhas na execução, no cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição.

A Instituição efetua o monitoramento de suas operações e registra as perdas potenciais e/ou incorridas em sua base de perdas, possibilitando o registro das situações ocorridas e trabalhando na elaboração de planos de ação visando a não ocorrência de novos eventos semelhantes e reduzindo os impactos das ocorrências. Adicionalmente, são elaborados planos de contingência visando a continuidade operacional perante cenários adversos.

Risco Socioambiental e Climático

A Scania busca a transformação do segmento de transporte com objetivo de contribuir para um mundo mais sustentável. Neste sentido a Instituição participa em conjunto com as marcas do grupo sempre que possível de ações de caminhar neste sentido. O Scania Banco objetiva cada vez mais integrar temas de sustentabilidade em seus negócios e com isto também contribuir para diminuir sua exposição ao risco socioambiental.

Visando o melhor endereçamento dos itens referente a riscos socioambientais a Instituição efetua o monitoramento dos seu portfólio visando endereçar possível impactos das atividades de seus clientes em seus ambientes de riscos bem como os processos de captação de clientes avaliam questões socioambientais de clientes da carteira e clientes potenciais.

Riscos de Mercado

Gestão de Risco de Mercado e IRRBB é o processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações das taxas de mercado dos instrumentos financeiros. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao Risco de Mercado e otimizar a relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão.

Para a avaliação e controle do Risco de Mercado da carteira, a Instituição utiliza a metodologia EVE (Economic Value of Equity), que é considerada a mais apropriada para a avaliação da exposição ao risco uma vez que leva em consideração horizontes de tempo mais longos.

O processo é suportado por sistemas que tem com principais funções:

- a captura das posições de todos os fatores de risco relevantes diretamente dos sistemas legados (basicamente, sistemas que controlam as posições ativas e passivos das operações);
- a busca das informações referentes aos valores de mercado;
- a emissão de relatórios periódicos de controle e de acompanhamento gerencial;
- a geração automática de arquivos a serem transmitidos aos órgãos reguladores.

Riscos de Liquidez

Segundo a Resolução 4.557/17 o Risco de Liquidez é definido como:

- I. A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II. A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O monitoramento da Gestão do Risco de Liquidez é efetuado através de relatórios periódicos que incluem a previsão do fluxo de caixa e as definições de caixa mínimo. Com objetivo de garantir maior segurança e transparência ao processo, as informações são elaboradas em conjunto com departamentos parceiros, validadas pelo Diretor Financeiro (CFO) e apresentadas no Comitê de Gerenciamento de Riscos.

Vale mencionar que informações como testes de estresse, planos de contingência, alçadas e governança são feitos também em linha com as políticas globais do Grupo Scania.

Gerenciamento de Capital

O Scania Banco prepara durante o último trimestre de cada ano um plano de negócios para o exercício seguinte. Além disso, o Scania Banco elabora periodicamente também um plano de longo prazo com horizonte mínimo de cinco anos.

Adicionalmente, vale também mencionar que o processo de cálculo das informações relativas ao capital requerido pelo Banco Central do Brasil é feito mensalmente no nível de detalhe de cada empresa do conglomerado prudencial ao qual o Scania Banco está inserido através de sistemas apropriados para este uso.

7. Processo de Reporte de Riscos

O Grupo Scania estabelece processos institucionais e obrigatórios a Instituição visando o acompanhamento das metas e objetivos traçados, assim como análise das razões de

eventuais desvios e correções necessárias, através de relatórios mensais e previsões trimestrais, com base no cenário mais recente que o Banco está operando. Assim, em linha com essa exigência, as empresas do Grupo são obrigadas a fornecer uma previsão com volume de novos negócios, projeções de ativos e passivos, aumento da receita, controle de despesas operacionais e controle de provisões para perdas.

A Instituição possui o Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital, que conta com a presença de todos os diretores e líderes de departamentos críticos da instituição, com periodicidade mínima trimestral, onde são discutidos e endereçados os temas referentes a Gestão de Riscos. Adicionalmente, os temas de gestão de riscos e capital são temas recorrentes na pauta das reuniões do Conselho de Administração.

8. Programa de testes de estresse

A Instituição realiza testes de estresse em seu portfólio com a finalidade de avaliar prospectivamente os potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição e/ou em portfólios específicos. O processo de teste de estresse é realizado de forma integrada aos processos de governança e administração da Instituição.

Os testes de estresse são realizados com periodicidade mínima trimestral, sendo apresentados e discutidos no Comitê de Gerenciamento de Riscos, uma vez identificadas fragilidades são elencadas ações visando a correção e diminuição dos impactos apontados pelos testes realizados, sendo que para cada caso apresentado são incluídas e analisadas a avaliação de sua factibilidade em situações de estresse.

Assim o Scania Banco entende que está assegurado o uso dos resultados na identificação, na mensuração, na avaliação, no monitoramento, no controle e na mitigação de riscos. Assim como também o uso nas decisões estratégicas, revisão dos limites de riscos, revisão de políticas e auxiliar na avaliação da adequação e da robustez das premissas e metodologias utilizadas.

Riscos de Crédito

O teste de estresse para riscos de crédito é realizado com periodicidade mínima anual dentro do processo de elaboração do planejamento estratégico, também chamado de Plano de Capital. Neste exercício também são avaliados e definidos os limites de atuação da instituição pelo Conselho de Administração.

A finalidade do teste de estresse de riscos de crédito é avaliar os impactos decorridos da inadimplência que a Instituição consegue suportar sem comprometer o andamento de sua atividade e requerimentos legais, através da análise de cenários.

Este material é preparado pela área de Crédito e é apresentado e discutido nas reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos.

Riscos de Liquidez e Mercado

O teste de estresse para riscos de mercado e liquidez é realizado com periodicidade mínima anual dentro do processo de elaboração do planejamento estratégico, também chamado de Plano de Capital.

Além disto, mensalmente e nas rotinas diárias, o tema é monitorado e analisado de forma contínua pela Diretoria Financeira em conjunto com a Tesouraria da TFS, com os times locais e da matriz. As previsões de médio prazo e longo prazo são atualizadas de forma colegiada no mínimo mensalmente. No que tange o curto prazo (horizonte inferior a 90 dias) são feitas previsões de fluxo de caixa diário e que de maneira conservadora preveem situações de riscos suficientes para mitigar impactos sobre a atividade da instituição ou requerimentos legais. Os cenários englobam previsões quanto à inadimplência e recursos suficientes para suportar novos negócios e compromissos da instituição. O risco liquidez e mercado é avaliado sob diferentes óticas, desde uma nova operação no curto prazo, até o planejamento estratégico para suportar as atividades da instituição. Através da análise de cenários, as situações são controladas e deliberadas dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e a política global de finanças e tesouraria do Grupo TFS.

Gerenciamento de Capital

O teste de estresse para o gerenciamento de capital da Instituição é realizado no mínimo anualmente em razão do calendário de elaboração do Plano Capital, contemplando os riscos relevantes e fornecendo aos agentes decisórios da Instituição cenários e possibilidades quanto a riscos de perdas, ou de movimentação de seus ativos.

Na definição de cenários relevantes, o entendimento atual é que as simulações dos impactos por perdas de crédito sobre o capital também englobam a ideia do impacto que qualquer tipo de perda da Instituição pode ocasionar para os requerimentos de capital. Ou seja, dentro das necessidades de gerenciamento de riscos da Instituição, as deliberações de ações ou correções para perdas de outras naturezas, que não crédito, estão sendo contempladas.

9. Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade

Trimestralmente, a Instituição realiza o processo de autoavaliação de riscos onde são identificados, mensurados e endereçados os riscos de cada departamento sendo o resultado da avaliação apresentado no Comitê de Gerenciamento de Riscos. As ações de resposta aos riscos são formalizadas e monitoradas periodicamente, sendo os riscos reavaliados dentro do processo trimestral de autoavaliação.

As perdas incorridas em decorrência de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos são registradas em nossa base de perdas sendo as ações de correção e planos de ação para mitigação acompanhados pela área de Gestão de Riscos.

Anualmente, é efetuado processo para avaliação dos controles internos que tem como objetivo avaliar o desenho e a eficácia dos controles internos relevantes da Instituição. Os riscos são avaliados e classificados de acordo com a sua criticidade, sendo atualizados periodicamente para refletir novos controles e/ou atualizações nos controles existentes. Os planos de ação para mitigação de eventuais inefetividades são registrados e acompanhados periodicamente.

10. Gestão de capital e adequação do Patrimônio de Referência (PR)

A Instituição, reavalia e prevê, minimamente, em bases trimestrais, o crescimento dos seus ativos e o nível de capital, com vistas a monitorar o nível requerido em conformidade com os aspectos normativos legais do Banco Central do Brasil, assim como também das políticas e estratégias do Grupo.

A avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência para a cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas é feita pela Controladoria da Instituição, validadas pelo Diretor Financeiro (CFO) e o Diretor de Riscos (CRO), assim como pelo Diretor Geral ('MD'), e submetidas ao Conselho de Administração.

Mensalmente, os resultados são avaliados e compartilhados também com os membros do Comitê de Gerenciamento de Riscos.

Os cálculos, sistemas e pessoas envolvidos no processo dos números são auditados por empresa externa anualmente. Adicionalmente, a Instituição contrata, periodicamente, outros fornecedores externos para testar seu arcabouço de sistemas, definições e planilhas, e eventualmente sugerir melhorias.

Neste sentido o Scania Banco entende que os dados e análises correspondem à realidade e possuem grande qualidade para o processo de tomada de decisão.

Anexo 1 – Planilhas Demonstrativas de Cálculos Conforme Resolução BCB nº 54

Tabela – OVA1 Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA

Visão geral do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) utilizado na apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

	a	b	c
	RWA		Requerimento mínimo de PR
	T	T-1	T
	30/06/2025	31/03/2025	30/06/2025
<i>R\$ milhares</i>			
Risco de crédito em sentido estrito	13.408.050	13.600.446	1.072.644
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	13.451.063	13.628.667	1.076.085
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
Risco de crédito de contraparte (CCR)	39.600	25.000	3.168
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-
Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: mediante demais abordagens	39.600	25.000	3.168
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	3.413	3.221	273
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	-	-	-
Risco de mercado	-	-	-
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	-	-	-
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-
Risco operacional	723.493	723.493	57.879
Risco de Pagamentos (RWASP)	-	-	-
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	-	-	-
Total (1+6+12+13+14+16+20+24+1+25)	14.174.556	14.352.160	1.133.964

Tabela KM1 - Indicadores prudenciais e gerenciamento de risco

O Banco considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em consonância com os preceitos do Acordo de Basileia.

A seguir, são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

	a	b	c	d	e
	T	T-1	T-2	T-3	T-4
R\$ milhares	30/06/2025	31/03/2025	31/12/2024	30/09/2024	28/06/2024
Capital regulamentar - valores					
Capital Principal	1.714.734	1.709.590	1.650.874	1.524.017	1.486.472
Nível I	1.714.734	1.709.590	1.650.874	1.524.017	1.486.472
Patrimônio de Referência (PR)	1.714.734	1.709.590	1.650.874	1.524.017	1.486.472
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos Ponderados pelo risco (RWA) - valores					
RWA total	14.174.556	14.352.160	14.120.087	13.365.665	12.311.361
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	12,10	11,91	11,69	11,40	12,07
Índice de Nível 1 (%)	12,10	11,91	11,69	11,40	12,07
Índice de Basileia	12,10	11,91	11,69	11,40	12,07
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	-	-	-	-	-
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico (%)	-	-	-	-	-
ACP total (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Margem excedente de Capital Principal (%)	1,60	1,41	1,19	0,90	1,57
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Exposição total	16.046.138	16.088.150	16.589.974	16.130.715	14.856.250
RA (%)	10,69	10,63	9,95	9,45	10,01

Tabela CR1 - Qualidade crítica das exposições

visão geral da qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

R\$ milhares					
Tabela CR1: Qualidade creditícia das exposições					
Data Base: 30/06/2025 Conglomerado Prudencial					
		a	b	c	g
		Valor bruto		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
R\$ milhares		Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
1	Concessão de crédito	1.360.633,88	14.944.372,63	- 634.749,00	15.670.257,50
2	Títulos de dívida	-	-	-	-
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	-	-	-	-
2b	dos quais: outros títulos	-	-	-	-
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	-	-	-
4	Total (1+2+3)	1.360.633,88	14.944.372,63	- 634.749,00	15.670.257,50

Tabela CR2 - Risco de crédito

Mudanças no estoque de ativos problemáticos entre dois períodos consecutivos, considerando as operações reportadas na tabela CR1.

R\$ milhares

Tabela CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal		
Data Base: 30/06/2025 Conglomerado Prudencial		
	R\$ milhares	(a) Total
1	Valor das exposições classificadas como ativo problemáticos ao final do período anterior	845.143,72
2	Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	394.036,40
3	Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	121.453,67
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	-
5	Outros ajustes	-
6	Valor das exposições classificadas com ativo problemático ao final do período corrente (1+2+3+4+5)	1.360.633,79

Tabela MR1 - Risco de mercado

Montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado

mediante abordagem padronizada (RWAMPAD) demonstração da Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado.

R\$ milhares

FATORES DE RISCO	(a) RWAMPAD
Taxas de juros	-
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	-
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	-
Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	-
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
Preços de ações (RWAACS)	-
Taxas de câmbio (RWACAM)	-
Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	-
RWADRC	-
RWACVA	-
Total	-